



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0020982-06.2011.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos de Terceiro - Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens**
 Embargante: **Antonio Carlos Muniz Ventura e outro**
 Embargado: **Pozzi e Pozzi Advogados Associados Ss**
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

CONCLUSÃO

Em 27/08/014, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara Cível desta Comarca de São Carlos, o Exmo. Sr. Dr. **MILTON COUTINHO GORDO**.

Eu, _____, esc., digitei e subscrevi.

Processo nº 2174/11

Vistos

POZZI ADVOGADOS ASSOCIADOS SS ofereceu, com fundamento no artigo 535, incisos I e II do CPC, **EMBARGOS** visando a **DECLARAÇÃO** da sentença proferida (fls. 553/556), alegando, em síntese, que nela há omissão, o que pretende ver sanado, via deste procedimento.

Os embargos foram interpostos no prazo de Lei.

DECIDO.

Não há contradição, omissão ou mesmo obscuridade no veredicto.

A sentença que declarou a nulidade da arrematação levada a efeito, proferida nos autos da 3ª Vara Cível local, acabou não sendo executada em virtude de acordo entre as partes, que uma vez homologado substituiu o título judicial.

Por esse motivo não foi considerada como "razão de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

decidir".

Outrossim, este Juízo continua entendendo que a transação (Proc. 131/01) homologada não tem efeitos no crédito (honorários) do embargante, como aliás, reconheceu a Segunda Instância.

Apenas a possibilidade de o bem permanecer como garantia é que restou afastada no veredicto desafiado.

Por fim, o lançado a fls. 580/581, deixa claro o inconformismo com o que foi decidido, a ser perseguido na via recursal própria.

Isso colocado, **REJEITO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO** interpostos a fls. 577/581.

P. R. Int.

São Carlos, 27 de agosto de 2014.

MILTON COUTINHO GORDO
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**